

## O NARRADOR E OS MORTOS INSEPULTOS DA DITADURA EM *O CORPO INTERMINÁVEL* (2019), DE CLÁUDIA LAGE

### THE STORYTELLER AND THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP'S UNBURIED DEAD IN *O CORPO INTERMINÁVEL* (2019), BY CLÁUDIA LAGE

Júlia de Almeida Prado<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar o romance *O Corpo Interminável* (2019), de Cláudia Lage, abordando a representação simbólica de traumas individuais e coletivos produzidos pela Ditadura Militar (1964-1985), que persistem até os dias atuais. Partindo de referenciais teóricos como Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin e Márcio Seligmann-Silva, observa-se a ficção como parte de um trabalho de luto e elaboração da memória coletiva. A obra é analisada conjuntamente a entrevistas da autora, destacando-se as temáticas do impacto dos desaparecimentos políticos na coletividade, os efeitos do silenciamento imposto e as tensões no presente decorrentes do trauma histórico, abordadas na narração do protagonista.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar Brasileira, Literatura brasileira contemporânea, Memória coletiva, Testemunho.

**Abstract:** This paper analyzes Cláudia Lage's novel *O Corpo Interminável* (2019), addressing the symbolic representation of individual and collective traumas engendered by the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985), that persist to this day. Drawing on theoretical frameworks by Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin, and Márcio Seligmann-Silva, this study examines fiction as part of a process of the work of mourning and the working-through of collective memory. The novel is analyzed alongside the author's interviews, highlighting key themes such as the societal impact of political disappearances, the consequences of enforced silence, and present-day tensions stemming from historical trauma, as articulated through the protagonist's narration.

**Keywords:** Brazilian Military Dictatorship, Contemporary Brazilian Literature, Collective memory, Testimony.

#### *Introdução*

A repressão institucionalizada pela Ditadura Militar (1964-1985) constitui um trauma histórico na sociedade brasileira, que produz impactos até os dias atuais. Compreendendo-se a memória como um campo de disputas políticas e elaboração de sentidos no presente, atravessado por relações de poder (Jelin, 2017), é possível observar criticamente como esses processos têm ocorrido, com as discussões sobre o período emergindo para o debate público com maior força nos últimos anos, após décadas de silenciamento sobre o tema. Com a ascensão da extrema-direita no país, consolidada pela eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência em 2018, narrativas negacionistas ganharam maior visibilidade, sendo defendidos no âmbito institucional por figuras

<sup>1</sup> Júlia de Almeida Prado, mestrandona Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (PPGH/Unicamp), na linha de pesquisa “Gênero, Subjetividades e Cultura Material”. E-mail: juliaaprado12@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6560752897417254>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0145-1260>.

ligadas às forças armadas que reivindicam uma memória positiva do regime, em conflito com historiadores e militantes de direitos humanos (Napolitano, 2022). Mais recentemente, em 2024, a efeméride do aniversário de sessenta anos do golpe de 1964 e a decisão presidencial pelo cancelamento dos atos oficiais de rememoração à data sob a justificativa de “não querer ficar remoendo o passado”<sup>1</sup> voltaram a trazer à tona debates sobre a necessidade da construção de políticas de memória efetivas para a disseminação social de discursos críticos à violência ditatorial e às suas permanências estruturais.

Nesse contexto, o campo cultural e artístico constitui um espaço relevante de contestação ao silenciamento e elaboração de sentidos, tanto sobre o trauma histórico da repressão quanto das tensões políticas do presente. A literatura, entendida como prática de arquivamento, possui grande importância na inscrição dessas narrativas na coletividade, na medida em que possibilita simbolizar o vivido e evocar subjetividades dificilmente acessadas em outras formas de documentação (Figueiredo, 2017). Ao examinar os impactos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre a produção literária brasileira, Berttoni Licarião destaca o maior alcance dos efeitos memorialísticos dessas investigações em comparação aos de comissões anteriores, resultando não apenas em uma maior quantidade de livros em que o período é abordado, mas em um conjunto heterogêneo de obras onde os antagonismos não resolvidos e as marcas autoritárias do passado e do presente são elaborados por diversos sujeitos e perspectivas (Licarião, 2023, p. 42).

Entre as autoras que mobilizaram as memórias da ditadura e seus impactos como matéria-prima para a criação ficcional está Cláudia Lage, que destaca em entrevistas os efeitos dos embates políticos contemporâneos no processo de escrita do romance *O Corpo Interminável* (2019), fonte principal analisada no presente artigo:

(...) quando eu comecei a escrever esse romance, a gente estava em 2011, em plena Comissão Nacional da Verdade, com uma expectativa esperançosa em relação ao futuro do Brasil e de que aquela verdade viria à tona [...] E eu comecei a escrever o livro com a ditadura como matéria de memória. Só que em 2016 isso ruiu. A ditadura não era matéria de memória. A ditadura era uma ameaça real, porque ela estava sendo clamada na rua por pessoas (Gelbc, 2020).

A obra tem como protagonista Daniel, um homem empenhado em reconstituir a memória de sua mãe, desaparecida política pela ditadura. Criado pelo avô materno, sofre desde a infância com o silêncio imposto sobre a questão em sua casa, herdando o trauma produzido por essa violência. A investigação e a escrita são, para ele, não apenas uma tentativa de conhecer suas origens, mas ferramentas para romper o isolamento e reelaborar a própria subjetividade, moldada pela dor e pela ausência. Em uma narrativa

fragmentada, com múltiplos pontos de vista e diferentes temporalidades, a trama central é entrecortada por vozes de guerrilheiras anônimas, que emergem do passado trazendo à tona as memórias apagadas.

Desse modo, partindo do prisma da história cultural e dos amplos debates sobre a memória coletiva e seus desdobramentos nos contextos pós-ditatoriais latino-americanos, propõe-se uma análise do romance *O Corpo Interminável*, na qual busca-se compreender de que formas Lage produz representações que potencializam a transmissão da experiência traumática da geração seguinte, da qual a autora faz parte, em diferentes dimensões. Destaca-se, para tanto, a forma como o impacto do desaparecimento, sobre os descendentes das vítimas e na coletividade, e as tensões do presente que emergem na narrativa, são simbolizadas sobretudo na perspectiva de Daniel. A obra literária é estudada conjuntamente a entrevistas da autora e depoimentos de filhos de desaparecidos políticos, visando uma investigação aprofundada sobre as dinâmicas de seu processo de composição no contexto sociocultural brasileiro pós-CNV.

### *Memória, testemunho e literatura após as ditaduras*

(...) me sentia como se cometesse um equívoco. Um grande equívoco. Como se forçasse aquelas pessoas, tão reais, tão vivas dentro de suas lutas, desaparecimentos e mortes, a se tornarem meras referências em um texto, ou pior, personagens, meus personagens, como se eu impusesse a elas, depois de tudo que viveram, algo tão frágil, capaz de se desmantelar ao menor sopro, à mínima insistência, uma farsa, uma representação (Lage, 2019, p. 24)

Profundamente marcado pelo desaparecimento da mãe, Júlia, mesmo nunca tendo chegado a conhecê-la, o protagonista de *O Corpo Interminável* busca conectar-se com o passado e com sua própria identidade por meio dos estudos, da investigação e da escrita. No entanto, a cena apresenta uma situação que parece um beco sem saída para Daniel: a tensão entre o desejo de falar sobre questões traumáticas, pessoais ou históricas, e o temor de não conseguir transmitir a complexidade das vidas narradas. A questão levantada pelo personagem, também abordada pela autora em diferentes entrevistas, é um ponto de reflexão de grande importância nos campos da literatura, filosofia e ciências humanas em geral, nos quais já se discutem há muitas décadas as possibilidades de “narrar o inenarrável” dos traumas individuais e coletivos, e suas implicações éticas e políticas.

Em um momento histórico marcado pelas consequências da Primeira Guerra Mundial, entre elas a ascensão do nazismo, Walter Benjamin escreve alguns de seus ensaios mais conhecidos, como *Experiência e Pobreza*, em 1933, e *O Narrador*, em 1936. Neles, discute o fim da narração tradicional a partir da perda da experiência, definida

como inherentemente coletiva, diretamente associada à transmissão do vivido através das gerações (Benjamin, 1985). Segundo o autor, a aceleração dos avanços técnicos e o trauma da guerra de trincheiras produziram uma incomunicabilidade, entendida como uma nova forma de miséria. Em um cenário desolado pelas grandes catástrofes históricas do século XX, deve surgir uma nova forma de narrar o passado e restituir essa experiência a partir das ruínas da própria narrativa, caracterizada pela descontinuidade. Baseando-se nas concepções benjaminianas para desenvolver suas reflexões sobre a construção dos discursos históricos, Jeanne Marie Gagnebin reforça esse aspecto, em oposição à reconstituição linear de grandes narrativas, ao afirmar que

o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo — principalmente — quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido (Gagnebin, 2006, p. 54).

Com isso, afirma o compromisso ético do historiador em enterrar simbolicamente os mortos do passado. Seu ofício é entendido como parte de um trabalho de luto, no qual a rememoração é sempre orientada pela responsabilidade com uma ação transformadora no presente. Nesse sentido, o dever de memória com as vítimas de grandes catástrofes, como os desaparecidos das ditaduras latino-americanas, é entendido como um ato de atenção aos vivos, em uma retomada reflexiva que os possibilita romper com um ciclo de repetições movido pelo trauma.

A partir do conceito de memória coletiva, elaborado inicialmente por Maurice Halbwachs (1990), produziram-se desdobramentos posteriores de grande relevância para o campo de estudos. Para o autor, as rememorações são inherentemente coletivas, uma vez que os indivíduos não as elaboram de forma isolada, e as significações compartilhadas operam como elementos de coesão e pertencimento no interior de grupos sociais. Michael Pollak (1989) critica o caráter unificador da concepção de Halbwachs, buscando destacar as disputas envolvidas na construção da memória coletiva, sobretudo pela perspectiva de quem foi excluído por ela. No lugar da estabilidade proposta inicialmente, o autor discute situações em que as recordações individuais se opõem à memória institucionalizada, e momentos históricos nos quais as “memórias subterrâneas”, silenciadas publicamente e transmitidas em redes de sociabilidade, deixam de ser indizíveis e irrompem nas fissuras dos discursos oficiais.

Nos contextos pós-ditoriais latino-americanos, onde a obra analisada está inserida, esses debates são mobilizados em trabalhos recentes, sobretudo para a abordagem das experiências de sujeitos historicamente invisibilizados. Com o enfoque na

sociedade argentina, Elizabeth Jelin (2002; 2017) prioriza a memória como um produto de um trabalho consciente, um campo de disputas entre diferentes grupos e um espaço ativo onde significados são atribuídos ao passado e constantemente reformulados. Por outro lado, Arfuch foca na interseção entre memórias individuais e coletivas, além das práticas biográficas e autobiográficas, investigando como esses relatos configuram a experiência do sujeito, com ênfase especial em eventos traumáticos ocorridos na infância. As análises de ambas as autoras se complementam e fornecem uma base sólida para compreender a memória como um campo dinâmico de elaboração do trauma e de resistências, do qual escritores como Lage participam ao reinventar o passado criticamente por diferentes perspectivas.

Considerando a relevância adquirida pelo testemunho em sua relação com a memória coletiva nos contextos pós-ditoriais, destacando-se o caso argentino, Beatriz Sarlo desenvolve reflexões sobre os usos públicos e historiográficos desse tipo de relato. A autora tem como ponto de partida a chamada “guinada subjetiva” entre as décadas de 1960 e 1970, caracterizada como um “reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e de seus personagens, que se concentra nos direitos e na verdade da subjetividade” (Sarlo, 2007, p. 18), que emerge nas ciências humanas com a valorização dos estudos sobre a vida cotidiana, dos discursos memorialísticos, e da primeira pessoa textual, apresentando também consequências sobre os usos públicos do passado. Nesse sentido, Sarlo indaga sobre as condições sociais e políticas que ocasionaram a confiança nos testemunhos, cujo valor de verdade é, muitas vezes, assumido como consequência de seu imediatismo e assumido como superior ao de outras fontes no estudo dos crimes das ditaduras militares.

A autora analisa diferentes modalidades de narração testemunhal e suas recepções no espaço público e acadêmico. Mesmo reconhecendo sua importância como denúncia no âmbito jurídico, bem como o imperativo moral da narração sobre situações-limite, ela problematiza a hegemonia memorial sobre a história nesse contexto, criticando a monumentalização que atribui um caráter irrefutável a essas rememorações e que desconsidera a inevitabilidade das marcas do presente nesse tipo de relato:

Os relatos testemunhais são “discurso” nesse sentido, porque têm como condição um narrador implicado nos fatos, que não persegue uma verdade externa no momento em que ela é enunciada. É inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque, no discurso, o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma “experiência fenomenológica do tempo presente da enunciação” (Sarlo, 2007, p. 49).

Partindo dos conceitos benjaminianos, Sarlo comprehende a relação intrínseca entre experiência e testemunho, e da ligação do passado com a subjetividade do narrador, que tenta, no presente, atribuir um sentido aos fragmentos. Nesse sentido, a autora afirma a necessidade da crítica historiográfica sobre os testemunhos, de modo a escapar de uma “fetichização da verdade testemunhal” e evitar que eles permaneçam confinados em uma cristalização inabalável, que retira deles sua potência ao instrumentalizá-los na afirmação de um sentido unificador para os eventos.

A necessidade de se pensar o testemunho por outras perspectivas no contexto contemporâneo é abordada por Gagnebin, que destaca o papel do chamado “terceiro”, aquele que não sofreu diretamente o trauma, por sua capacidade de restituir um sentido humano ao mundo, pelo espaço simbólico da narração:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2006, p. 57).

Fora do par “algoz-vítima”, o terceiro participa ativamente da construção da memória e do trabalho de luto, realizado em um esforço de escuta e compreensão que permite transmitir a experiência dos que se tornaram incapazes de narrar a própria história. A literatura, desse modo, é uma das ferramentas que viabiliza essa simbolização, produzindo representações que instituem sentidos sobre o real (Chartier, 2002). Entendendo-a como uma prática cultural capaz de transformar e questionar a realidade, é possível analisar criticamente como essas significações são construídas e articuladas em redes discursivas, nos seus respectivos contextos sociais. Não se trata, portanto, de observar a obra e os personagens como meros reflexos da realidade onde foram criados ou do pensamento da autora, mas de discutir como, a partir da escrita, Lage produz sentidos sobre os silenciamentos históricos e participa desse trabalho coletivo de luto, ocupando (assim como Daniel, em sua trama) o local da testemunha solidária.

No caso das experiências traumáticas, individuais e coletivas, a ficção é observada por Arfuch como uma das estratégias possíveis de elaboração, apresentando um caráter alegórico que a diferencia de outras modalidades discursivas de transmissão da memória. Desprovista do rigor esperado em um testemunho, a literatura, para a autora, “(...) es capaz de alcanzar toda la profundidad — y la crudeza — de una experiencia ‘propia’: se encuentra entonces, quizá, más cerca de lo colectivo.” (Arfuch, 2013, p. 69). Nesse

sentido, as formas literárias possibilitam a produção de imagens com cargas afetivas, que expressam subjetividades dificilmente acessadas diretamente nos depoimentos, além de permitir que as vivências traumáticas adquiram novos contornos ao serem recriadas no campo ficcional. Sarlo, reconhece a potência da literatura na criação de descrições artisticamente controladas, cuja força independe do aspecto autobiográfico, na elaboração do passado recente (Sarlo, 2007, p. 119). Eurídice Figueiredo também observa como o uso de recursos simbólicos na criação ficcional permite evocar sentimentos e evidenciar as lacunas das narrativas oficiais de forma única, o que também demonstra a importância do estudo desse tipo de fonte em uma perspectiva histórica (Figueiredo, 2017).

Seligmann-Silva (2022), também pensando a relação entre literatura e traumas históricos, discorre sobre a noção de testemunho, levando em consideração sua importância tanto para quem o produz como para quem entra em contato com ele:

(...) minha proposta é entender o testemunho na sua complexidade enquanto um misto entre a visão, a oralidade narrativa e a capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles relacionam-se também de modo conflitivo. O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o “real” e o simbólico, entre o “passado” e o “presente”. Se o “real” pode ser pensado como um “desencontro” (algo que nos escapa como o sobrevivente o demonstra a partir de sua situação radical), não deixa de ser verdade que a linguagem — sobretudo a linguagem da poesia e da literatura — busca esse encontro impossível (Seligmann-Silva, 2022, p. 126).

Para o autor, essa concepção sobre o testemunho cria a possibilidade da construção de uma memória coletiva atravessada pela experiência dos sujeitos que narram, mas que apenas se concretizará de fato caso exista o espaço para a escuta. A escrita literária, em um âmbito individual, configura um meio de simbolização do “real”, aqui compreendido como um evento que resiste à representação, sendo uma ferramenta importante para o redimensionamento do fato traumático ao viabilizar sua narração. Para a coletividade, esse processo “pode servir para a criação de um novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para esfacelar a sociedade quanto para construir novos laços políticos” (Seligmann-Silva, 2022, p. 195), sendo fundamental para a elaboração da memória em contextos pós-ditoriais. Reforça, contudo, que esses efeitos transformadores do testemunho são limitados, no caso brasileiro, pelo cerceamento sistemático da escuta, destacando que “O espaço testemunhal deve ser conquistado e construído como estratégia para produzir outros espaços imagéticos resistentes” (Seligmann-Silva, 2022, p. 194).

A ideia do “teor testemunhal” nas narrativas ficcionais indica, segundo o autor, “diversas modalidades de relação metonímica entre o ‘real’ e a escritura” (Seligmann-Silva, 2022, p. 131). Logo, não se trata apenas da presença no enredo de um acontecimento histórico vivenciado por quem escreve, mas a obra como um todo deve ser lida do ponto de vista da elaboração desse teor. No romance de Lage, a estrutura fragmentada da obra, com a articulação de diferentes temporalidades e pontos de vista, a construção dos personagens, suas relações, e o modo como as descobertas sobre o passado surgem no decorrer da trama são exemplos significativos de elementos do texto literário para essa composição. A narração testemunhal, nesse sentido, é caracterizada pelas inscrições do passado no texto como manifestações de uma subjetividade atravessada pela história, restituindo os fragmentos da experiência perdida.

O diálogo entre história, memória e literatura é de grande relevância para a análise de produções culturais contemporâneas, como *O Corpo Interminável*, nas quais se realiza um trabalho de luto pela reelaboração dos traumas do passado recente em um prisma alegórico. Por essa perspectiva, é possível observar na escrita literária dimensões do real não marcadas pela factualidade, nas quais o vazio e o indizível podem emergir nas fissuras das narrativas oficiais, confrontando o leitor com a incompletude. Ao invés de um ciclo de repetições, a transmissão da experiência pelas testemunhas, na definição de Gagnebin, viabiliza outras possibilidades de construção da história, atravessada por corpos e subjetividades.

#### *Anistia, esquecimento e trauma no Brasil contemporâneo*

As consequências da Ditadura Militar para a sociedade brasileira têm sido amplamente estudadas pelas ciências humanas, que denunciam as permanências estruturais ocasionadas pela não punição dos responsáveis por violações de direitos humanos cometidas sistematicamente pelo regime, e reivindicam a construção uma memória coletiva crítica, que finalmente possibilite o sepultamento simbólico dos mortos do período (Teles e Safatle, 2010). Nesse sentido, a Lei da Anistia de 1979, que concedeu o perdão de forma recíproca a vítimas e perpetradores, é apontada como um mecanismo de imposição do esquecimento e silenciamento do tema na esfera pública, que instaura uma reconciliação artificial que impossibilitou o trabalho efetivo de luto (Gagnebin, 2010).

Marcos Napolitano (2015) destaca que, como efeito de uma transição democrática negociada entre militares e diferentes setores de oposição, ocorreu a formação de uma

memória hegemônica liberal-conservadora sobre o período. Apesar de a narrativa consolidada ser crítica ao autoritarismo do regime e valorizar simbolicamente a resistência democrática, ela não se concretizou em mudanças estruturais no processo de reorganização do Estado ou em ações efetivas de responsabilização. Ao contrário, assumiu um tom conciliatório e moderado, defendido como necessário para o estabelecimento da ordem institucional sem uma nova ruptura:

Portanto, neste caso, combinam-se silêncios convenientes no presente que apontam para a necessidade de esquecimento do passado para que a democracia se efetive. Neste caso, trata-se de um silêncio do perpetrador das violências que é diferente do silêncio da vítima. O silêncio do perpetrador encontra respaldo no discurso oficial do poder em vigência ou das suas redes de proteção institucionais após a queda política. O silêncio da vítima é produto de um trauma. O silêncio do perpetrador e seus herdeiros políticos, é tabu” (Napolitano, 2015, p. 27).

O desgaste dessa memória hegemônica é observado no Brasil a partir de 2006, tornando-se cada vez mais explícito no decorrer das últimas décadas com a reabilitação de discursos revisionistas e negacionistas no debate público, até então restritos a grupos militares e setores sociais mais conservadores (Napolitano, 2022). Paralelamente, as fissuras na narrativa oficial são evidenciadas com a emergência das memórias subterrâneas do trauma da violência de Estado, tanto na forma de disputas no campo jurídico e institucional, quanto em produções culturais e artísticas.

Em resposta ao processo de esquecimento comandado, as lutas pela memória das vítimas da ditadura emergiram de forma contundente, em diferentes esferas, protagonizadas, a princípio, por sobreviventes e familiares de mortos e desaparecidos, apoiados por movimentos sociais (Teles, 2010). No âmbito institucional, são exemplos de conquistas desses grupos a criação da Comissão Especial sobre Mortos Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 1995, extinta em 2022 e reinstalada em julho de 2024, e da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre 2011 e 2014, que tiveram como resultados descobertas relevantes e a produção de relatórios. Ainda que o alcance dessas iniciativas para a inscrição de uma memória crítica sobre o período tenha sido limitado, sobretudo pela impossibilidade de punir os agentes da repressão, elas desempenharam um papel crucial ao trazer o debate para o espaço público, especialmente no contexto da CNV.

As reflexões suscitadas naquele momento ocasionaram uma ampliação significativa do campo de estudos sobre esse tema, além de possibilitar uma maior visibilidade de perspectivas historicamente marginalizadas. A especificidade das violações cometidas contra mulheres, negros, povos indígenas, trabalhadores urbanos e camponeses, o combate a sexualidades consideradas dissidentes, e a atuação de

movimentos sociais configuram uma área que vem se expandindo na produção acadêmica mais recente. O surgimento de novos testemunhos a partir das investigações também é um aspecto relevante para a visibilidade desses sujeitos, muitos dos quais apenas conseguiram relatar a própria experiência nesse momento, como é o caso de pessoas que tiveram sua infância e adolescência impactadas pela repressão.

No ciclo de audiências públicas “Verdade e Infância Roubada”, realizado em 2013 pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, coletaram-se depoimentos de filhos de ex-presos políticos, perseguidos e desaparecidos, publicados no livro *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014). O estudo desses testemunhos adquire importância ao trazer à tona dimensões ainda mais fortemente silenciadas na coletividade. A angústia, o isolamento e o desamparo experienciados por essas pessoas, simbolizados na figura de Daniel, não constituem apenas um sofrimento individual, mas uma ferida que permanece aberta e se desdobra sobre o corpo social como um todo em um trauma não elaborado.

No campo cultural, a literatura produzida a partir desses processos, lida como fonte histórica, possibilita a análise de experiências e subjetividades anteriormente silenciadas, por meio das quais observam-se elaborações críticas sobre os efeitos do esquecimento imposto (Seligmann-Silva, 2022). Figueiredo, nesse sentido, reconhece na fase mais recente do corpus literário que analisou, produzida entre 2000 e 2016, obras em que as experiências aparecem transfiguradas nas narrativas, repercutindo a persistência do trauma através das gerações, e uma busca por reconstituir as memórias desse passado (Figueiredo, 2017, p. 87).

Nas pesquisas mais recentes, nota-se um boom de ficções sobre o período ditatorial a partir da década de 2010, especialmente após 2014, na qual a obra de Cláudia Lage está inserida. Em um levantamento realizado por Lua Gill da Cruz (2021), com um recorte entre 2000 e 2020, é evidenciado que aproximadamente 70% dos livros foram publicados nos últimos seis anos desse período (Cruz, 2021, p. 36). Os debates suscitados pela CNV são mencionados como uma das possíveis explicações, entre os diversos fatores diretamente conectados aos processos políticos, sociais e culturais do período. Também é relevante mencionar a efeméride do cinquentenário do Golpe de 1964 como um evento que reacendeu as discussões na esfera pública (Perlatto, 2017), e a intensificação dos processos de disputa dessas memórias em meio à conjuntura política do país no período. Desde essa época, já eram vistos cartazes, em manifestações contra a então presidente Dilma Rousseff, com dizeres que demandavam uma intervenção militar. A situação se agravou no decorrer da década com a ascensão da extrema-direita, que

chega à presidência em 2018 com a eleição de Jair Messias Bolsonaro. O *impeachment* da presidente, em 2016, é considerado um marco nesse processo, sendo o voto do então deputado federal Bolsonaro, dedicado à “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”, um ato emblemático dentro desse panorama.

Com isso, Cruz identifica um comprometimento de escritores brasileiros em discutir o tema, com algumas das obras sendo publicadas como resposta direta a esse cenário (Cruz, 2021, p. 41). A elaboração crítica a partir dos testemunhos e documentos oficiais em diálogo constante com o presente é amplamente discutida pela autora em sua tese:

A inserção dos arquivos representa uma tentativa de legitimação e de reforço do discurso que é a todo momento questionado pela narrativa hegemônica de esquecimento. Incorporam, em intertextos, formas de autenticação do que narram de maneira a também dialogar ou contrapor-se à historiografia. Lidam diretamente com a disputa em torno dos sentidos produzidos sobre a ditadura no presente. De outra parte, o uso de outros materiais auxilia as narrativas diante da dificuldade da narração, da sua impossibilidade e da vontade de calar. Demonstram com outros meios o que, possivelmente, não encontrou palavras para se contar. É nesta corda bamba, então, entre ficção e história, e a partir dela, que se edificam literária e ficcionalmente essas obras (Cruz, 2021, p. 44).

A literatura brasileira contemporânea, portanto, ao incorporar testemunhos e documentos da ditadura militar, configura-se como espaço privilegiado de elaboração do trauma histórico, operando na tensão entre memória individual e coletiva. Em *O Corpo Interminável*, Cláudia Lage não apenas dialoga com depoimentos reais, mas também inscreve sua própria experiência como membro de uma geração pós-ditatorial que, mesmo não tendo vivido diretamente a repressão, herdou seus silêncios e rupturas. Nesse sentido, assume o papel do “terceiro” (Gagnebin, 2006), resgatando vozes apagadas pelo esquecimento institucionalizado e, simultaneamente, expondo as marcas deixadas pelo trauma na subjetividade de quem herdou um passado não resolvido.

Desse modo, a análise proposta busca compreender de que maneiras Lage incorpora o testemunho à obra, principalmente em como os traumas da ausência e da omissão sobre o passado são inscritos na narrativa de Daniel. Privilegiam-se os aspectos relacionados ao seu ambiente familiar, suas relações interpessoais, em especial com o avô, e suas tentativas de elaborar o próprio passado, colocando as representações ficcionais presentes no romance em diálogo com os depoimentos coletados em *Infância Roubada* e as experiências pessoais referenciadas pela autora em entrevistas.

### *Cláudia Lage e o testemunho*

Cláudia Lage, em diversas entrevistas, comenta sobre como suas memórias foram utilizadas para moldar a narrativa, tanto recordações da infância e adolescência nas décadas de 1970 e 1980, como o impacto do início do processo que culminou na ascensão da extrema direita, após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em suas percepções. Tendo crescido durante a ditadura, a autora relata o silenciamento do tema mesmo após a abertura política, destacando entre suas lembranças a experiência de descobrir apenas na vida adulta que uma velha amiga de sua família havia participado da luta armada (GELBC, 2020). Desse modo, inicia a escrita do livro em 2011, no contexto dos debates em torno da CNV, motivada sobretudo por essas questões pessoais, e tratando o período como matéria de memória. Contudo, como mencionado, essa visão muda a partir de 2016, em meio a um momento político conturbado no país, e com um crescimento visível de manifestações que exaltavam a Ditadura Militar nas ruas, que voltaram a torná-la um problema do presente.

Nesse momento, avalia que a história que narrava a princípio havia perdido o sentido, vendo-se na necessidade de reescrevê-la quase completamente. O resultado desse processo é a incorporação da instabilidade e da dúvida à construção da trama, sobretudo no ponto de vista de Daniel: “Escrevo essas palavras e me pergunto por que as escrevi, por que essas e não outras, por que esses acontecimentos e não outros, escrevo sem saber onde tudo começa e termina, se neles, se em nós” (Lage, 2019, p. 194).

O teor testemunhal, desse modo, passa a ser parte fundamental da produção, não apenas com a reelaboração das experiências de pessoas que vivenciaram a época, estudadas por ela ao longo desse tempo, mas também a sua, enquanto parte da geração que sofreu com esse silenciamento (Seligmann-Silva, 2022). Em entrevista à revista Continente, aborda diretamente a questão:

De certa forma, eu segui o mesmo caminho de Daniel e Melina, buscando remontar a história pelo seu arquivo, seu registro, enquanto, ao mesmo tempo, me questionava como mulher e brasileira vivendo dentro de um país em constante amnésia, pergunta que também atingiu meus personagens (...) O pavor e perplexidade que senti, no entanto, eles sentiram também, como um estado emocional, uma memória inconsciente, algo entranhado no corpo, no DNA, um arquivo em cada um de nós (Lage, 2021).

A reflexão sobre os efeitos de uma amnésia coletiva sobre a Ditadura Militar, ainda maior sobre as questões de gênero, e consequentemente a instabilidade da democracia que a sucedeu passa a nortear a escrita da obra nesse momento. O processo

de reescrita demonstra uma tentativa de capturar a complexidade e a fragmentação da memória histórica, abordando a presença de lacunas muitas vezes irrecuperáveis, que são incorporadas à trama da busca de Daniel pela memória de sua mãe, concluída sem a possibilidade de uma resolução definitiva ao final do romance:

A cena em que Julia pega o filho e o entrega ao amigo, com quais sentimentos ela se despede do filho, se chega a se despedir, se não foi o contrário, o filho já nos braços do amigo que se despede da mãe, porque a mãe já é um corpo, a mãe não está mais lá, *penso em outras formas e não consigo ir adiante, essa cena é impossível recompor.* (Lage, 2019, p. 181, grifo próprio)

Contudo, ao evidenciar essas lacunas impossíveis de serem preenchidas, não nega a importância da investigação e do resgate histórico, mas a reforça, como o narrador benjaminiano que busca transmitir a experiência nas ruínas da narrativa:

É um livro que ressalta, mesmo que há coisas que são irrecuperáveis. Que é preciso falar sobre para recuperar a memória, mas que a memória, a história, ela foi tão, tão fragmentada que não dá para recompor o quadro todo. Vai faltar a peça. Então eu escrevi a partir desse lugar, de que esse é um quebra cabeça com as peças faltando e esse quadro inteiro nunca vai ser refeito, montado. Mas que é preciso de alguma forma mostrar que esse quadro existe, que isso existiu, que pessoas passaram por isso e que é uma história que o Daniel precisa recuperar de forma pessoal, também é uma história que o país precisa recuperar para ser um país (Gelbc, 2020).

Nesse sentido, a autora defende a literatura como meio possível para esse processo, vendo nela uma possibilidade de interferir, ressignificar, e produzir sentidos sobre situações profundamente dolorosas. De modo similar a outros escritores que produziram sobre o tema nas últimas duas décadas, Lage consegue “reelaborar o vivido no modo ficcional, inspirando-se de casos verídicos, porém já transmutados” (Figueiredo, 2017, p. 86). Deyse Marques observa mais atentamente como essa elaboração de sentidos sobre o trauma ocorre a partir do posicionamento da autora.

A autora mobiliza a zona do imaginário e da criação para expor a possibilidade, ainda que restrita, e a necessidade, ampla e urgente, de se posicionar em face da História oficial e de construir elementos que, dentro de uma apresentação ficcional, respondam ao compromisso de não deixar que a verdade seja esquecida. A sua tomada de posição diante do texto demonstra que *O corpo interminável* é uma obra aberta à reconstrução crítica da História oficial, assumindo, assim, um papel que é literariamente estético e formal, mas também social e coletivo (Marques, 2023, p. 28).

Portanto, a análise da obra e de seu processo de escrita possibilita a compreensão de como Lage busca elaborar os eventos históricos, bem como as tensões no Brasil

contemporâneo que deles decorrem, no campo ficcional, colocando-se como uma agente ativa nos processos de construção coletiva (Jelin, 2017). Simultaneamente na posição de um terceiro, que lê e escuta os depoimentos de vítimas, se solidariza e trabalha para a transmissão de sua memória, e de uma herdeira do trauma, a autora reconfigura a própria experiência com o silenciamento pela narração, inscrevendo o próprio testemunho, na perspectiva do protagonista (Gagnebin, 2006; Seligmann-Silva, 2022).

### *O narrador e o passado presentificado*

Havia um avô e um menino, contei à Melina, esse menino cresceu imerso no silêncio do avô. Não sei se era alegre ou triste, era uma criança que não sabia da sua história, não sabia de nada. Tento lembrar, mas não consigo, não consigo me aproximar desse menino, olhar para dentro dele, pensar o que ele pensava, sentir o que sentia, medir até onde percebia as suas circunstâncias, o seu isolamento, o que lhe faltava (Lage, 2019, p. 25).

O trauma da ausência é uma constante na vida de Daniel. Criado por seu avô Sebastião, na mesma casa onde a mãe vivera, ele experiencia um profundo sofrimento desde a infância, agravado pela imposição do silenciamento quase total no ambiente doméstico sobre o passado de Júlia e seu desaparecimento. Uma única foto de seu rosto é entregue a Daniel pelo avô, com a sentença “foi o que restou” (Lage, 2019, p. 37), atitude lida como uma tentativa de colocar algo sobre o vazio e encerrar os questionamentos. Apesar disso, a imagem apenas suscita uma sequência de interrogações, que Sebastião não respondeu: “O sorriso foi só para a foto, ou ela sorria sempre assim? Que lugar bonito é esse? Quem estava atrás da câmera? Foi o senhor quem tirou a foto? Foi o meu pai?” (Lage, 2019, p. 37). O desejo de preencher essa lacuna motiva o protagonista a estudar e procurar vestígios, em uma tentativa de reconstituir essa memória apagada. Sua busca, portanto, não se orienta apenas por um senso de fidelidade ao passado e à mãe desaparecida, mas também pela própria necessidade no presente de romper com um ciclo de repetições traumáticas no qual se vê preso (Gagnebin, 2006).

A narração de Daniel, que fala sobre a própria infância em terceira pessoa, evidencia a desconexão com a própria identidade provocada por essa falta. Os impactos do desconhecimento de seu passado familiar, e da relação emocionalmente distante entre ele e seu parente mais próximo, se materializam no trecho na forma de um homem que não se reconhece no menino que foi, incapaz de dimensionar o próprio isolamento naquele momento. Os efeitos intersubjetivos do silenciamento imposto e a ausência de memória aparecem de forma recorrente nos testemunhos de *Infância Roubada: Crianças*

*atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, marcando grande parte dos relatos de filhos de ex-militantes políticos, tanto os que vivenciaram a clandestinidade na infância, constantemente precisando se deslocar e negar os próprios nomes e vínculos familiares, como os que sofreram com a prisão e desaparecimento dos pais. O depoimento de Rosa Maria Martinelli, filha do ex-guerrilheiro Raphael Martinelli, é um exemplo dessa necessidade de buscar no passado familiar e na rememoração da história brasileira a reconstrução desse senso de pertencimento:

Meu pai fala pouco a respeito disso, mas a marca que ficou foi muito grande em todos nós, os filhos. Porque você tem que recolher tudo isso para criar uma certa identidade, porque você veio dali. O que eu posso dizer é que nesse tempo todo eu vim perguntando a ele toda a história e fui sempre me interessando por tudo isso. Não só a história dele, mas a história da ditadura no Brasil ou em qualquer outro lugar, eu sempre tive um grande interesse, eu queria saber, esmiuçar, esmagar aquilo dentro de mim (São Paulo, 2014, p. 111).

Rosa tinha apenas oito anos quando o pai foi preso pela primeira vez, e relata que pessoas próximas a ela, com a intenção de poupar-la do contato com essa violência, acabaram por silenciar todos os seus questionamentos sobre o assunto: “Era sempre ‘xiiiu, não pode falar’. Eu perguntava, e falavam ‘psiu’. Era sempre um silêncio e eu chorava muito porque sentia a falta dele” (São Paulo, 2014, p. 109). Essas experiências produziram efeitos com os quais precisou conviver por muitos anos, sobretudo um distanciamento emocional em relação às pessoas por quem nutria afeto. Desse modo, na vida adulta, passa a reconhecer as conexões rompidas, procurando em fitas, cartas, e outros vestígios do passado um meio de reconstituir a própria identidade, e se aproximar de uma parte da história do pai que, até então, permanecia desconhecida para ela.

Na figura de Daniel, Lage produz uma representação por meio da qual busca explorar uma subjetividade que, assim como a de Rosa, sofreu os efeitos da desconexão com o passado, ocasionada por uma interdição imposta sobre essas memórias. No âmbito social, a experiência da autora em crescer em um país marcado pelas consequências da Lei da Anistia pode ser lida de modo análogo, inscrita na forma como o protagonista se relaciona com suas lembranças, com as pessoas de seu convívio e com a própria busca no presente. Apesar de não ter sido impactada diretamente pela repressão, Lage se relaciona de forma subjetiva com os testemunhos com os quais trabalha em sua criação literária, assumindo o papel de levar essas palavras adiante, ao mesmo tempo em que narra as próprias vivências de forma simbólica (Gagnebin, 2006; Arfuch, 2013)

No testemunho de Rosa, a continuidade do silêncio se faz presente em sua vida apesar de sua vontade: “Se tem algum lugar que a ditadura, a história me alterou, foi aí.

Eu acho que foi no amor que eu não sei expressar. (...) É como se eu não pudesse falar porque o silêncio era a coisa mais importante naquele período. Eu aprendi direitinho o silêncio, e eu queria me livrar dele." (São Paulo, 2014, p. 111). Na obra, esse aspecto é tematizado sobretudo na relação complexa do protagonista com o avô: "Vivemos num carinho guardado desde sempre" (Lage, 2019, p. 106), é a frase que sintetiza esse vínculo, proferida por Daniel ao constatar a surpresa com o fato de ter chorado após a morte do velho.

O conflito entre os dois personagens é estabelecido logo no início da narrativa, com a oposição entre os questionamentos do menino e o silêncio do avô, que reclamava "De onde esse garoto tira tanta pergunta" (Lage, 2019, p. 37). Apesar disso, Sebastião nunca o impediu de ler os jornais ou escutar o rádio e a televisão, gesto interpretado por Daniel, depois de adulto, como uma tentativa de se redimir dessa omissão, ao permitir que o menino obtivesse por conta própria a informação que não era capaz de dizer. A vizinha, D. Jandira, tenta por vezes apaziguar a situação, respondendo algumas das indagações do rapaz que ajudara a criar. Contudo, em geral, apoia a decisão do velho, com quem possui uma relação de longa data, e o auxilia a apagar os vestígios restantes de Júlia na casa.

Ela desapareceu, ele disse uma única vez. Sem aviso nem despedida. Foi isso. Faltou com a verdade. Comigo, o pai. O menino pensava que o avô também faltava. É só um garoto, aconselhava D. Jandira, não precisa dizer nada. Um dia ele vai saber. Quando crescer, quando for um homem. Não é preciso dizer nada (Lage, 2019, p. 49).

Além de demonstrar algum ressentimento, a fala de Sebastião, com afirmações curtas e diretas que buscam encerrar a possibilidade de diálogo, evidencia uma ordem familiar que deveria ser mantida, com uma hierarquia patriarcal que também passou a ser imposta sobre Daniel. Contudo, assim como a mãe, o rapaz comete atos de desobediência, buscando o passado na materialidade dos objetos presentes na casa e tentando descobrir sozinho o que foi oculto. Não acreditando que a fotografia de Júlia mostrada a ele era realmente tudo o que restou, o menino abre as caixas do avô pela primeira vez, encontrando um álbum vazio em meio a diversas imagens soltas de pessoas da família:

O álbum estava vazio. Eu poderia concluir que o avô ia colocar as fotos e por algum motivo não pôs, mas o álbum tinha as marcas das fotografias, e as fotos soltas não encaixavam com as marcas. Os tamanhos e as bordas eram diferentes. A sequência fora interrompida. A ordem das fotografias familiares quebrada após a foto da adolescente com espinhas, como se nada tivesse acontecido depois. (...) Por mais que se tente apagar, como a madeira raspada — mas nem a madeira

raspada extinguiu todo o papel, o resto da imagem. As fotos sumiram, mas as marcas ficaram, sempre há algo que fica (Lage, 2019, p. 40).

Esperando ter respostas, Daniel se depara com algo que apenas lhe gera mais angústia. A atitude de Sebastião, nesse momento, parece reforçar o quanto a ocultação do passado não diz respeito ao neto, mas à própria incapacidade de olhar para trás e encarar o vazio deixado pelo desaparecimento da filha. Apesar disso, o luto não processado pelo avô acaba por impossibilitar que Daniel construa uma narrativa coerente sobre suas origens e sobre a figura de Júlia. A cena produz uma imagem que simboliza não apenas a dinâmica entre os personagens, mas um microcosmo da dificuldade de reconciliação com um passado marcado por perdas e lacunas, apontando para a dimensão intergeracional do trauma e do silenciamento que atravessa a sociedade brasileira. Mesmo o desejo de esquecer do velho, que arranca as imagens do álbum, ainda deixa marcas, refletidas no vazio experienciado pelo neto, que se vê na necessidade de buscar a restauração dessa memória perdida.

Na narrativa de Lage, Daniel tenta preencher esse vazio: na falta do corpo, resta a ele abraçar os vestígios a que teve acesso, imaginar sobre o desconhecido, e talvez nutrir alguma esperança de que ela não tenha sido morta. Nesse sentido, a materialidade das memórias é um elemento fundamental tanto em sua busca quanto na forma como constitui a própria subjetividade em meio a um ambiente permeado por recordações suprimidas. Jelin observa como a memória é produzida, individual e socialmente, com base nesses resquícios:

Lo que el pasado deja son huellas, en las ruinas y marcas materiales, en las huellas “mnésicas” del sistema neurológico humano, en la dinámica psíquica de las personas, en el mundo simbólico. Pero esas huellas en sí mismas no constituyen “memoria” a menos que sean evocadas y ubicadas en un marco que les dé sentido (Jelin, 2002, p. 32).

Segundo a autora, parte do trabalho dessa construção está em trazer à luz o que foi encoberto, acessar essas marcas do passado apesar dos mecanismos de repressão (psíquicos ou institucionais) que tentam conter esses esforços. A casa de Daniel, desse modo, pode ser entendida como um microcosmo desses processos. Crescer no quarto de sua mãe significa, para ele, estar sempre em contato com a presença fantasmagórica de um evento brutal, silenciado pela autoridade máxima daquele ambiente:

Não lembro de nenhuma sensação de conforto ao dormir na cama da minha mãe, não era nela nem em seu sorriso que pensava mas na sua ausência e na sua morte nunca confirmada, no seu corpo que não estava, que não se podia ver nem tocar, isso me assombrava, como um monstro

no armário, mas muito pior do que um monstro no armário, porque eu sentia em minha pele, era um horror real (Lage, 2019, p. 42-43).

Apesar das tentativas do avô de apagar qualquer lembrança de Júlia, seus rastros permanecem, emergem no cotidiano, e continuam afetando os habitantes da casa. Daniel, desde a infância, é quem busca reconstruir o elo com o passado, atribuindo sentido às marcas que sobreviveram à limpeza feita por D. Jandira. O quarto de Júlia, seus móveis, a fotografia, um adesivo na parede, um livro anotado e incompleto: tudo torna-se um vestígio para o rapaz que “não consegue imaginar a mãe como uma pessoa que existiu” (Lage, 2019, p. 43), mas como uma figura etérea e inalcançável. Desse modo, o esforço, em diversos momentos, parece evidenciar ainda mais a dor e a angústia de ser permanentemente confrontado com uma perda imposta a ele antes que pudesse compreendê-la, e que acabou por configurar toda a sua subjetividade.

As sensações de deslocamento em relação ao próprio passado persistem na vida adulta, sobretudo quando o protagonista por diversas vezes tenta escrever mas, a princípio, sempre acaba se deparando com o isolamento e o desamparo:

Queria falar da solidão desses dois seres, a solidão extrema enquanto eram um só corpo, a absoluta quando se separaram. A criança arrancada da mãe não chegou a ser aninhada em seus braços. Não houve acalanto. Não houve o mútuo reconhecimento pelo cheiro, nem a emoção de encontrar fora do corpo uma parte de si. [...]. A criança é arrancada da mãe, esse gesto permanece, esse acontecimento marca tudo que virá depois. Talvez eu tenha escrito a frase nesse momento, na tomada de consciência de que tudo esteve, está e estará sempre impregnado, contaminado por esta ruptura, uma chegada inóspita ao mundo (Lage, 2019, p. 36).

As marcas do desaparecimento sobre quem permanece, constituem uma temática central em diversas narrativas sobre o período, tanto depoimentos como produções ficcionais. Janaína Teles analisa os impactos dessa forma de ação repressiva, tendo como foco a organização de mobilizações por familiares em torno dos casos de desaparecimentos forçados:

O silêncio introduzido pelo terror do desaparecimento cria uma situação sem um fim, perpetuando a tortura que é vivenciar a ausência de seus corpos e de informações. “A não existência de um momento único de dor e de obrigações morais sobre o morto, associada ao desconhecimento das formas de morte, constitui uma nova figura: a da privação da morte. A categoria desaparecido representa esta tripla condição: a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura”. Mata-se a morte, faz-se “[...] reinar a morte da morte, infectando com isso a vida, que perde assim todo sentido outro que a força pura”. Ao tornarem anônima a morte, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada, informando que nem a

morte pertence ao desaparecido e que ele não pertenceria a ninguém (Teles, 2010, p. 269).

A incompletude é sentida por Daniel durante uma briga com a vizinha: “A sua mãe sumiu, só pode estar morta, só a morte faz uma pessoa desaparecer assim. O menino estremeceu, então não havia uma confirmação, ela poderia estar viva.” (Lage, 2019, p. 88). O pensamento faz Daniel se apegar ainda mais aos últimos resquícios materiais de Júlia. A sensação expressa pelo personagem reverbera relatos como o de Tessa Moura Lacerda, filha do militante Gildo Lacerda, assassinado sob tortura em 1973. Seu óbito foi noticiado oficialmente como resultado de um tiroteio, e a família nunca pôde reaver o corpo. A impossibilidade do sepultamento tornou a aceitação da morte algo inviável para Tessa durante anos de sua vida:

Eu, aos 9, 10 anos, tinha esperança de que Gildo tivesse conseguido fugir. Acho que aos 15 anos eu ainda não tinha desfeito essa fantasia, queria acreditar que ele tinha conseguido fugir. Como a ditadura foi até 1985 (ano em que completei 11 anos), eu achava que essa era a justificativa para que ele não tivesse aparecido. Minha mãe jamais me sonegou essa informação. Jamais. Mas eu não queria acreditar. Eu queria acreditar que ele estava vivo e que nem ela sabia (São Paulo, 2014, p. 285).

Desse modo, a busca pela restituição dos mortos constitui uma tentativa de recuperar esse sentido de encerramento, mesmo que muito tardivamente, e viabilizar o trabalho de luto (Gagnebin, 2010). Na figura de Daniel, Lage reconstrói essa experiência, com um personagem que encarna, aos olhos de Sebastião, a ausência de Júlia, ao mesmo tempo em que sofre profundamente com a desconexão provocada por essa falta. O abismo entre os dois personagens é destacado ao longo de todo o romance, fato sobre o qual Daniel reflete após a morte do avô. Ao final da trama, a possível responsabilidade do velho na denúncia da filha para a repressão é levantada:

Sebastião serviu ao exército tempo suficiente para conhecer muita gente, o mensageiro escreveu. Há suspeitas de que ele denunciou a célula de Julia, que ela foi presa com os companheiros, mas que o combinado era que não fosse, e o seu Sebastião correu todos os departamentos oficiais para que o acordo fosse cumprido, há suspeita, há indícios. (Lage, 2019, p. 190).

Com essa possibilidade, as ações de Sebastião ao longo da trama são redimensionadas, sendo não apenas resultado da brutalidade do regime, mas também consequências de uma decisão pela qual carregou a culpa durante toda a vida. Apresentado como a personificação do silenciamento e do autoritarismo no ambiente doméstico, também exerce o papel de um pai que, sem jamais ter descoberto o paradeiro

da filha, permaneceu imobilizado pelo trauma e pelo ressentimento, em um ciclo de repetições transmitido à geração seguinte (Seligmann-Silva, 2022, p. 146).

O caráter fragmentário e de incompletude da obra é reforçado pelo desfecho, no qual, ainda que se encontrem novas informações, a história de Júlia em sua totalidade não pode ser recomposta. Daniel reencontra uma meia-irmã, Olívia, que carrega informações sobre o pai, José, que ele nunca conheceu. Com isso, tem acesso a cartas trocadas entre ele e Sebastião, e alguns rascunhos, que não sabe se chegaram ou não a ser transcritos e enviados. Ao invés de preencher as lacunas, a narrativa de Lage as destaca, trazendo-as para o presente e produzindo novas elaborações em torno delas:

O avô tinha recomposto um fio: a filha sumira de casa grávida de poucos meses (não tinha barriga). Foi para algum lugar (onde) onde passou a gravidez (como) e teve o filho (onde quando como). Depois do nascimento, o fio se rompe de novo (Lage, 2019, p. 180-181).

A incompletude é apontada por Lage como parte central da forma como o romance foi pensado a partir de 2016, destacada no excerto pelas dúvidas colocadas entre parênteses. Nesse sentido, evidencia-se como os impactos do contexto político vivenciado por ela reverberaram em seu processo de escrita, tanto na perspectiva de sua relação pessoal com as próprias memórias a respeito da infância e adolescência nas décadas de 1970 e 1980 a partir do presente, como nas formas literárias que essas rememorações passam a assumir:

Primeiro comecei pensando na busca da história da mãe do Daniel; depois, eu percebi que é uma busca impossível. É uma busca que na verdade é uma perda, já se começa a busca sabendo que é uma perda, que é a busca de uma perda. Então, na verdade, as lacunas começaram a aparecer mais do que a própria história. Quando eu comecei a escrever, eu percebi que escrever uma possível história da Júlia, a mãe do Daniel, era impossível (Podcast Página Cinco, 2021).

Lage, com isso, consegue simbolizar nos protagonistas aspectos coletivos de uma geração, marcada pela transmissão fragmentada de um passado traumático, da qual ela também faz parte (Benjamin, 1985). A busca por respostas, mesmo diante da impossibilidade de uma recomposição completa, representa a necessidade de um esforço coletivo para que o trabalho de rememoração seja realizado, não apenas para restaurar o que foi perdido, mas para evidenciar as lacunas que marcam a experiência dessa geração (Seligmann-Silva, 2022). Como afirma Marques, “O livro é construído sobre esse alicerce: da história não contada do passado irrecuperável e das consequências desse desconhecimento na vida dos personagens e na vida do país” (Marques, 2023, p. 184).

As reflexões sobre as formas e possibilidades de se escrever um trauma indescritível são um aspecto fundamental na obra de Lage, caracterizando a forte presença do teor testemunhal em sua narração. Ao longo do livro, Daniel utiliza a escrita em um esforço para recuperar esse vínculo, buscando compreender e registrar os eventos traumáticos e os sujeitos que os vivenciaram para assim elaborar a própria memória em relação à mãe. Desde o início, percebe (assim como a autora) a impossibilidade de completar as lacunas e a responsabilidade em escrever sobre essas experiências, temendo forçar “aqueelas pessoas, tão reais, tão vivas dentro de suas lutas, desaparecimentos e mortes, a se tornarem meras referências” ou personagens (Lage, 2019, p. 24), como citado anteriormente. Ao imaginar sobre o vazio entre os pouquíssimos vestígios que restaram, tenta dar concretude a uma forma de violência que é incapaz de compreender plenamente. Sendo a escrita uma forma de simbolizar o “real” que escapa à representação, ela constitui uma importante ferramenta para a elaboração da experiência do sujeito, permitindo que ele se torne capaz de redimensionar os fatos e sair do ciclo de repetições de um passado que não passa (Seligmann-Silva, 2022). Como afirma Marques, ao analisar o livro, “O ato de escrever se redimensiona na construção da obra, não apenas como uma forma de exercer a linguagem, mas como um exercício de reflexão do personagem sobre a própria condição de sujeito, enquanto filho, escritor, neto e de si para si mesmo” (Marques, 2023, p. 104).

O caráter relacional e coletivo da construção da memória, conforme descrito por Jelin (2002) e Arfuch (2013), também se faz presente na obra de Lage. A literatura, na trajetória de Daniel (e também da autora), assume o papel de veículo privilegiado de reconfiguração e transmissão dessas rememorações, aproximando-se da coletividade na medida em que alcança uma profundidade subjetiva e possibilita a recuperação de um sentido aparentemente perdido pela articulação com outras experiências (Arfuch, 2013, p. 69). Com isso, constitui um meio pelo qual, de modo similar às filhas de ex-militantes, o protagonista consegue romper com o isolamento e com o silenciamento, não apenas reconstruindo a própria identidade, mas também tornando-se capaz de uma maior conexão com outras vivências.

Daniel e Melina, que se torna sua companheira e é uma personagem de grande relevância para a trama, se conhecem em uma biblioteca, procurando o mesmo livro. A busca do rapaz apenas avança significativamente quando deixa de ser um processo solitário, e ambos passam a compartilhar suas histórias e compreender as motivações do outro, criando um laço que os estimula a continuar essa luta contra o silenciamento do passado. O fato de Daniel apenas conseguir escrever após se conectar com Melina, com

quem lê, conversa sobre documentários e passa a se relacionar afetivamente, e com as histórias das guerrilheiras que estuda, demonstra o resgate da experiência pela possibilidade de transmissão a partir desse laço (Benjamin, 1985). Além disso, o espaço de escuta proporcionado por essa interação viabiliza, finalmente, a consolidação de seu testemunho (Seligmann-Silva, 2022). Desse modo, torna-se capaz de integrar essas narrativas à própria identidade e, no contexto da obra e das memórias de Lage, produz uma memória possível de ser inscrita na coletividade.

### *Considerações finais*

Aqueles que não conseguimos enterrar, os desaparecidos, não são somente fonte de tristeza e de indignação porque não podemos lhes prestar uma última homenagem. Não sabemos como morreram nem onde estão seus restos — e isso nos impede, a nós todos, mesmo que especialmente a seus familiares e amigos, de poder viver melhor no presente. Precisamos, pois, enterrar os mortos para saber que nós, igualmente mortais, seremos também enterrados quando morrermos, enterrados e lembrados por aqueles que vêm depois de nós. Os mortos não sepultados como que atormentam os vivos, de maneira dolorosa seus herdeiros e descendentes, mas também e sem dúvida seus algozes passados, que, mesmo quando afirmam não se arrepender, reagem com tamanha violência e rapidez quando se alude ao passado (Gagnebin, 2010, p. 185).

Jeanne Marie Gagnebin, no texto citado, aborda algumas das questões centrais presentes na obra de Cláudia Lage. Em *O Corpo Interminável*, a autora cria uma narrativa na qual observam-se abordagens sobre temáticas amplamente invisibilizadas no espaço público, e transfigura os testemunhos pessoais e os presentes em relatos estudados em um texto literário marcado pela fragmentação e por seu caráter inconclusivo. Produz-se, portanto, uma narração carregada de um forte teor testemunhal, na qual o leitor é sempre confrontado com o vazio entre os rastros, e o passado silenciado está constantemente emergindo e desestabilizando o presente (Benjamin, 1985; Pollak, 1989).

No ponto de vista de Daniel, o impacto do silenciamento passa a constituir sua própria subjetividade, profundamente afetada pelo fato de ter crescido envolto pelas memórias que o avô gostaria de suprimir. A presença de Júlia se materializa no espaço onde viveu e nos objetos que deixou, apesar do desejo de Sebastião pelo esquecimento. Por meio da investigação, da escrita, e da formação de novos vínculos, o protagonista reconfigura essa subjetividade fraturada, e tenta não apenas recuperar os fragmentos da memória de sua mãe, mas sair desse ciclo de repetições (Seligmann-Silva, 2022). Lage, nessa figura, transmite uma experiência geracional da qual ela carrega as marcas, simbolizando uma coletividade que ainda precisa sepultar seus mortos (Gagnebin, 2010).

Décadas após a redemocratização, as discussões sobre as consequências de uma transição negociada com os militares não perderam sua relevância. Ao contrário, em um cenário marcado pelo desgaste das narrativas conciliatórias e pelo acirramento das disputas políticas no espaço público, os efeitos do trauma histórico não resolvido tornam-se ainda mais evidentes, e os mortos insepultos seguem atormentando os vivos. No campo da política institucional, grupos ligados ao regime ainda ocupam cargos nesses espaços, e nunca houve uma ruptura efetiva com suas estruturas. A Lei da Anistia, não revogada até os dias atuais, constitui um entrave para as tentativas de responsabilização jurídica dos perpetradores de violações aos direitos humanos no período. Além disso, a militarização da segurança pública é um exemplo inequívoco da perpetuação de uma violência contínua cometida por agentes do Estado, que jamais deixou de se fazer presente e é constantemente naturalizada, sobretudo em regiões periféricas e sobre corpos racializados, lidos como menos dignos de luto.

Frente a esse legado autoritário, os testemunhos e a literatura articulam-se às lutas políticas do presente na medida em que possibilitam a reelaboração das memórias, tanto para quem narra como para quem escuta, e a construção de novos laços políticos e espaços de resistência (Seligmann-Silva, 2022). Nesse contexto, o estudo desses relatos e de obras como a de Cláudia Lage contribui para a reflexão crítica sobre os silenciamentos e permanências ditoriais, a partir da qual a experiência desses sujeitos pode ser transmitida e inscrita na coletividade. Com isso, realiza-se um esforço ativo para a construção de uma história atravessada por corpos e subjetividades, que honre o compromisso ético de enterrar simbolicamente os mortos, levando adiante as experiências dos que já não podem falar por si e dos que foram invisibilizados nas narrativas oficiais, e buscando libertar os vivos de um ciclo de repetições.

## Referências

### Fontes

GELBC. *Literatura e Ditadura: Claudia Lage*. Youtube Brasil, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/DKRYkxSb6dQ>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LAGE, Cláudia. *O corpo interminável*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LAGE, Cláudia. “*A literatura surge como uma possibilidade de releitura das nossas memórias*”: Autora do livro “O corpo interminável”, vencedor do Prêmio São Paulo de Literatura, Claudia Lage reflete sobre a Ditadura Militar, maternidade e o papel da literatura. Entrevista concedida a Valentine Herold. Revista Continente, Recife, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/secoes/intervista/-a-literatura-surge-como-possibilidade-de-releitura-das-nossas-memorias->. Acesso em: 8 jul. 2025.

PODCAST PÁGINA CINCO: #74 *Mulheres das guerrilhas e as histórias entrelaçadas: papo com Claudia Lage*. Entrevistada: Claudia Lage. Locução de: Rodrigo Casarin. 51 min. 32 seg., abr. 2021, Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2yWSa4foVnQRpwzrnSNGJ?si=c0df3c33a9f54fac>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SÃO PAULO (Estado). *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Alesp, 2014.

## Bibliografia

ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía. Exploraciones en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 2002.

CRUZ, Lua Gill da. *Pretéritos futuros*: ditadura militar na literatura do século XXI. 2021. 1 recurso online (322 p.) Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1642099>. Acesso em: 8 jul. 2025.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura. A exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010. p. 177-186.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI Editores. 2002.

JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado*: cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.

LICARIÃO, Berttoni. A memória da ditadura na ficção pós-CNV. In: CLAUDIANO, Leonardo; IGNÁCIO, Valéria; LACERDA, Amanda. *A captura do real e os intraduzíveis na literatura sobre ditaduras latino-americanas*. Parnamirim/RN: Editora Biblioteca Ocidente, 2023. p. 38-77.

MARQUES, Deyse. *Para alcançar a ausência apesar das fraturas: a escrita do indizível em O Corpo Interminável, de Claudia Lage*. 2023. 195p. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís. 2023. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o Regime Militar brasileiro. *Antiteses*, Londrina, v. 8, p. 9-44, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. Processos políticos, atores sociais e disputas de memória sobre a ditadura militar brasileira. *Passés Futurs*, v. 12, 2022. Disponível em: <https://www.politika.io/fr/article/processos-politicos-atores-sociais-e-disputas-memoria-sobre-a-ditadura-militar-brasileira>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, no 62, p. 721-740, setembro-dezembro, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/GYwqJzvxCz9cxfx5Cf5b9NR/?lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1 jun. 1989.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína. Os familiares de mortos e desaparecidos e a luta por verdade e justiça no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010. p. 253-298.

Artigo recebido em 30/07/2025

Artigo aprovado para publicação em 20/10/2025

Editor(a) responsável: Laís Pereira de Oliveira

---

<sup>1</sup> Lula determina cancelamento de atos em memória aos 60 anos do golpe militar. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2024/03/6815977-lula-determina-cancelamento-de-atos-em-memoria-aos-60-anos-do-golpe-militar.html>. Acesso em: 8 jul. 2025.